

União cobra valor de mercado por terreno de marinha no ES

Na Grande Vitória, os moradores já começaram a receber a notificação de compra dos terrenos que ocupam

Os terrenos de marinha vão ser vendidos pelo preço de mercado ao morador que quiser adquirir a área que ocupa. Essa é a posição da Secretaria de Patrimônio da União, mesmo diante das reclamações dos moradores, que reivindicam preços mais baixos.

Na Grande Vitória, a maioria dos moradores já recebeu um comunicado com o preço do terreno, calculado a partir de uma avaliação dos técnicos da Caixa Econômica Federal.

O próximo passo será estipular os preços das áreas de marinha do município de Guarapari. Se o ocupante achar que o preço cobrado é abusivo, deve procurar a Delegacia de Patrimônio da União.

É preciso, no entanto, ter indícios claros do erro e embasá-los com documentos. Se o terreno do vizinho é do mesmo tamanho e custa muito menos, por exemplo, é sinal que o valor pode estar superfaturado.

ESCRITURA

Segundo o secretário de Patrimônio da União, Hélio Carlos Gehrke e a titular da DPU,

Idade limita o financiamento

As formas de pagamento dos terrenos de marinha vão variar de acordo com o poder aquisitivo de cada morador. A regra, no entanto, é que a soma do número de parcelas e da idade do comprador nunca pode ser superior a 80 anos. Isso significa que um morador com 70 anos só poderá financiar o terreno em, no máximo, 10 anos.

O limite de idade é uma das reivindicações dos moradores. Para o secretário de patrimônio da União, Hélio Carlos Gehrke, isso não é o problema, já que, na hora de efetuar a compra, o morador pode colocar o terreno no nome de uma pessoa mais nova.

A insatisfação dos moradores, no entanto, atinge outros pontos da Lei nº 9.636. Segundo o advogado Helvécio Castello, coordenador da Comissão de Sistematização dos Assuntos Jurídicos, criada pelo Fórum Capixaba de Terreno de Marinha, a

Chisue Kawashima de Souza, cada caso será analisado individualmente. Um dos objetivos é evitar que quem tem escritura do terreno, concedida muitas vezes pelo Estado ou pelo município, tenha que pagar duas vezes pela mesma área.

A Lei Federal nº 9.636, que modificou as regras das áreas de marinha, prevê a venda dos terrenos pelo preço de mercado. Quem não quiser comprar o terreno tem direito de continuar morando nele na posição de ocupante.

A Constituição dá esse direito aos moradores, o que significa que a União não pode obrigar ninguém a pagar pelos terrenos, nem a exigir desocupação. As taxas, no entanto, são obrigatórias.

O ocupante tem que pagar à União taxas anuais que vão entre 2% e 5% do valor da área. Ao efetuar a compra, o morador passa de ocupante a aforado, mas não se torna dono de todo o terreno.

Em áreas de marinha, não existe domínio total. O aforado torna-se proprietário de apenas 83% da área e tem que continuar pagando taxas à União. O

foro corresponde a 0,6% do valor do terreno.

Para quem se mudou para um terreno de marinha depois da primeira edição da medida provisória que deu origem a Lei 9.636, em 15 de fevereiro de 1997, a situação é mais complicada.

Nesse caso, o morador será obrigado a desocupar a área. Gehrke informou que a lei acaba com a figura do invasor e que esse é um de seus pontos mais importantes.

aforamento ou continua na posição de ocupante. Além disso, os moradores também não aceitam comprar o terreno sem se tornarem totalmente proprietários. Ninguém quer ficar amarrado à União pelo resto da vida, através do pagamento de taxas.

Além das taxas anuais, o morador que quiser vender seu imóvel tem que repassar 5% do valor total a União. É a chamada taxa de laudêmio.



Chisue disse que cada caso será analisado individualmente, para evitar prejuízos

Volks é a maior do setor privado do País

SÃO PAULO – A Volkswagen é a maior empresa privada do País. A constatação é da pesquisa 500 Maiores e Melhores, realizada pela revista Exame e divulgada ontem, que considera o faturamento como critério para a identificação da maior empresa.

A montadora alemã faturou no ano passado no Brasil US\$ 8,380 bilhões. A melhor empresa privada com atuação no país - com a ponderação de critérios como liderança de mercado, rentabilidade sobre o patrimônio líquido, crescimento nas vendas, liquidez corrente, investimen-

to no imobiliário, valor adicionado por mercado - só será conhecida no próximo dia 25.

O setor automobilístico também emplacou a segunda maior empresa do setor privado brasileiro. A General Motors teve faturamento no ano passado de US\$ 7,629 bilhões.

Com um faturamento de US\$ 7,411 bilhões, a Fiat foi classificada como a terceira maior empresa privada no país. Em seguida, aparece a Shell, com US\$ 6 bilhões. A Souza Cruz conquistou a quinta colocação, com vendas US\$ 5,471 bilhões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO - ES

CGC 31.796.659/0001-20

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/98

A Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo-ES, torna público que fará realizar-se no dia 26 de junho de 1998, às 14:00 horas, o Edital de Tomada de Preços nº 002/98

OBJETO: Conclusão de Unidades Sanitárias neste Município.

ENTREGA E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/06/98 às 16:00 horas.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, situada na Av. João Felipe s/n Alto Rio Novo-ES, de segunda a sexta-feira, de 11:30 às 17:30 horas. Todo processo Licitatório será regido pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Maiores informações, no endereço acima ou pelo telefone 745-3111.

Alto Rio Novo-ES, 08 de junho de 1998
ILSON JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA
Presidente da CPL

COMO PAGAR PELO TERRENO DE MARINHA

☞ A regra é pagar uma entrada equivalente a 10% do valor do terreno e dividir o restante em até 120 prestações.

☞ As pessoas que forem consideradas de baixa renda terão que pagar 5% de entrada e mais 240 prestações.

☞ Quem for considerado carente, não paga entrada e pode dividir o valor total em até 300 prestações.